

Apresentação

Leôncio Martins Rodrigues

SciELO Books / SciELO Livros / SciELO Libros

RODRIGUES, LM. *Mudanças na classe política brasileira* [online]. Rio de Janeiro: Centro Edelstein de Pesquisas Sociais, 2009. Apresentação. pp. 3-16. ISBN: 978-85-7982-011-3. Available from SciELO Books <<http://books.scielo.org>>.



All the contents of this chapter, except where otherwise noted, is licensed under a Creative Commons Attribution-Non Commercial-ShareAlike 3.0 Unported.

Todo o conteúdo deste capítulo, exceto quando houver ressalva, é publicado sob a licença Creative Commons Atribuição - Uso Não Comercial - Partilha nos Mesmos Termos 3.0 Não adaptada.

Todo el contenido de este capítulo, excepto donde se indique lo contrario, está bajo licencia de la licencia Creative Commons Reconocimiento-NoComercial-CompartirIgual 3.0 Unported.

Apresentação

Este livro analisa os dados do levantamento que realizamos durante os anos 2003-2004 sobre as mudanças na composição socioprofissional na Câmara dos Deputados decorrentes das eleições de 1998 e de 2002. Como resultado dessas disputas, houve importante alteração no quadro político brasileiro. Mantendo a classificação ideológica convencional, nas eleições de 1998, os partidos de centro-direita, representados basicamente pela coligação PSDB-PFL, foram amplamente vitoriosos. O PSDB foi o mais beneficiado.

Mas, em outubro de 2002, reverteu-se a situação partidária que se estabelecera com vitória de Fernando Henrique Cardoso e da coligação PSDB-PFL. Favorecidos principalmente pelo crescimento eleitoral da candidatura Lula e pela perda de prestígio do governo anterior, o PT e todos os partidos considerados de esquerda aumentaram seu espaço na Câmara de Deputados.¹ A transformação do contexto político foi o aspecto que mais atraiu a atenção da opinião pública. Comparativamente, pouca preocupação houve em saber se, com as mudanças partidárias, ocorreram também alterações de natureza social, quer dizer, dos grupos sociais que ascenderam com o novo presidente e que passaram a controlar partes importantes da alta administração pública federal.

No caso desta pesquisa, o interesse primordial não é investigar as alterações políticas, mas detectar as mudanças nas origens sociais dos políticos que, em princípio, nos representam na Câmara dos Deputados (CD, daqui para a frente). A tese que procuraremos defender é que, como decorrência das eleições de outubro de 2002, se acentuou a “popularização” da classe política brasileira. Esse objetivo leva a um levantamento da composição social da Câmara e dos partidos nela representados.

A CD é uma instância do poder político particularmente importante para o estudo da classe política brasileira. Nenhum outro órgão do Legislativo congrega um número tão elevado de representantes de todas as

¹ Na verdade, o crescimento do PT e de outros partidos de esquerda não aconteceu somente na disputa presidencial e na Câmara dos Deputados, mas também em outras disputas eleitorais. Esse aspecto, porém, não faz parte do presente trabalho, que se concentra nos resultados para o Legislativo federal.

unidades da Federação. É, assim, o órgão que pode fornecer a melhor amostra das características do pessoal político do país, além, naturalmente, de outros dados sobre nossa vida partidária.

Os elementos indicativos da popularização da representação política e recuo da participação das classes altas não vêm somente da ocupação de altos postos do Executivo federal por sindicalistas da CUT e do PT. Esse fato indicaria, sobretudo, uma mudança, ainda que parcial² na natureza da *elite governante*. Como salientamos, esse é o aspecto que mais chamou a atenção dos meios de comunicação e da opinião pública, se mais não for pela ascensão à Presidência da República de um ex-sindicalista vindo muito de baixo e, como consequência, pela nomeação de um número muito elevado de ex-sindicalistas para seu ministério.³

No primeiro ministério do novo presidente, 13 ex-sindicalistas foram indicados para ministros do novo governo. Três vieram de sindicatos dos metalúrgicos, três de bancários, dois de médicos, dois de petroquímicos e um dos seguintes sindicatos: professores, mineiros e um da direção da CUT, cujo ramo de atividade não fica muito claro. (Trata-se da ministra Marina Silva, filha de seringueiros e ex-empregada doméstica, que era da direção da CUT do Acre.) No grupo, predominam os de São Paulo: entre os 13 sindicalistas, seis eram de entidades paulistas.

A julgar pelos níveis educacionais, a maioria dos integrantes do novo governo veio de famílias das classes médias ou baixas. Segundo dados de José Pastore, entre os ministros petistas do governo, num total de 17 (presidente incluído), sete vieram de famílias cujos pais não completaram o

² Dizemos “parcial” porque muitos postos importantes do governo, na economia principalmente, foram ocupados por não-petistas, muitos dos quais de classe alta. Esse fato, que simboliza a aliança dos grupos ascendentes com facções da velha elite, corresponde ao que os italianos denominam de *transformismo*. O termo é indicado para descrever o abandono dos antigos princípios e promessas pelos recém-chegados ao poder e adoção de práticas e costumes das antigas elites.

³ Em agosto de 2003, numa festa de comemoração de vinte anos de fundação da CUT, em São Bernardo do Campo (SP), com a participação de dirigentes sindicais e empresários, Lula declarou: “A CUT não está no governo como apêndice, mas como força determinante do que o governo pode fazer” (*Primeira Leitura*, 28/8/2003).

ensino fundamental (num dos casos, o pai era analfabeto). Mas em cinco, os pais tinham curso superior completo.⁴

Quadro 1: Escolaridade dos pais dos ministros petistas no primeiro ministério

Escolaridade	Número de Ministros
Analfabeto	1
1º grau completo	6
1º grau completo	1
2º grau completo	1
2º grau completo	2
Superior	5
Militar	1
Total	17

Fonte: José Pastore

Os dados acima indicam mudanças na composição social da *elite governante*. Entendemos, contudo, que, além desse fato, está em curso uma alteração social na *classe política* brasileira como um todo, alteração ampliada pelos resultados eleitorais de 2002.⁵ A vitória de Lula não estava escrita de antemão como uma decorrência da evolução de fatores que levariam, quase fatalmente, um metalúrgico ao poder supremo da República. Contudo, quaisquer que tenham sido os elementos contingentes, a chegada de Lula ao Palácio do Planalto não foi um acontecimento que

⁴ “Mobilidade Partidária dos Dirigentes do PT”, *Estado de S. Paulo*, 12/8/2003.

⁵ Por classe política, seguindo Weber, poderíamos entender todos os que vivem não somente para a política, mas da política, o que significa dizer que a atividade política se torna sua profissão. Mas em que a *elite* política se diferenciaria da *classe* política? Desde Mosca e Pareto, esses conceitos já produziram montanhas de textos. Não queremos entrar nesse assunto. Adiantemos, apenas, que estamos considerando a *elite* política como a minoria dos políticos mais interessados no poder do que nos benefícios e privilégios trazidos pela vida política. “O que motiva [os membros] a elite política em sentido estrito a realizar uma jornada de trabalho de 16h, frequentemente não são tanto os interesses econômicos, mas os interesses de poder” (p. 33). Como entende Von Beyme, à *classe* política pertenceriam os políticos que estão orientados primordialmente para a participação na estrutura de benefícios e privilégios que o poder político oferece. Formariam um grupo de interesse por si mesmo (Klaus von Beyme, *La Clase Política en los Estados de Partidos* [Madri: Alianza Editorial, 1995]). No presente trabalho, como estamos pesquisando os deputados federais e não a cúpula do poder, o conceito de classe política, que usaremos, parece mais adequada. Reconhecemos, todavia, que esses conceitos pedem uma discussão mais aprofundada.

veio na contramão da evolução de sistemas políticos de massa. Ou seja, não foi um fato sem relação com mudanças na sociedade brasileira, um resultado da genialidade de um *marketing* político e dos dotes de oratória do presidente Lula, os quais, na verdade, não funcionaram nas tentativas precedentes.

Nossa hipótese é que houve na CD a redução do espaço político dos parlamentares recrutados das classes altas e, por consequência, um aumento da parcela dos deputados federais vindos das classes médias assalariadas e também, mas em menor medida, das classes populares.

O termo “classes populares”, que pressupõe mais de uma, é um conceito pouco preciso quando se faz necessário delimitar suas fronteiras — imprecisão, aliás, comum à maioria dos conceitos das ciências sociais, sempre terrivelmente “flexíveis” e imprecisos, dependentes amiúde das necessidades de operacionalização dos pesquisadores. (Às vezes, de suas ideologias.) Nunca se sabe precisamente onde as classes populares começam e onde terminam e quantas são. Mas, se o conceito não oferece uma ideia exata dos segmentos da sociedade nelas englobados, pelo menos sabemos os que delas não fazem parte. É intuitivo que entre as “classes populares” não devemos incluir as elites tradicionais, as classes ricas, as camadas politicamente dominantes, os grupos de elevada erudição, as cúpulas da intelectualidade, das profissões liberais, dos artistas etc.

No caso desta pesquisa, estamos chamando de “classes populares” os segmentos da sociedade de baixa renda, de escolaridade não superior ao ensino fundamental, que realizam atividades manuais, têm atividades situadas nos baixos níveis das escalas de prestígio das profissões e ocupações que requerem pouco tempo de estudo e de aprendizado. Na realidade, como se verá, são poucos os casos de parlamentares que vieram das classes populares assim definidas.

Mas o termo “popularização” sugere um deslocamento “para baixo” nas fontes sócio-ocupacionais de recrutamento de parcelas da classe política na CD. Esse movimento não significou uma forte ampliação do espaço ocupado pelos que vieram dos escalões mais baixos da estrutura social. Não foi um assalto dos plebeus a um dos órgãos mais importantes da democracia representativa brasileira. Mais exatamente, a popularização da classe dos que fazem da política a sua profissão indica, por um lado, a redução do

espaço ocupado pelos políticos das classes mais altas em termos de renda, educação e status e, por outro, a ascensão dos políticos das classes médias, mais corretamente, de *alguns* de seus estratos, majoritariamente os de escolaridade relativamente elevada. Não se trata, portanto, dos pequenos proprietários do meio urbano ou rural.

Por isso, o movimento de popularização não é tão restrito como seria se significasse apenas a ascensão dos grupos de trabalhadores manuais de renda e escolaridade muito baixas. A popularização, no sentido em que estamos utilizando o termo, representa uma tendência que parece decorrer mais da perda relativa de espaço político dos parlamentares que vieram das classes ricas e das chamadas elites tradicionais, notadamente dos que já eram empresários quando foram eleitos pela primeira vez (e provavelmente continuaram ou passaram a sê-lo depois de eleitos).

Ao considerar os movimentos de ascensão e declínio dos partidos e grupos sócio-ocupacionais na CD, este livro é levado a localizar as fontes sócio-ocupacionais de recrutamento de pessoal para a vida pública, ou seja, dos que fazem da política a sua profissão. A temática, conseqüentemente, tem um pé na sociologia política e outro na ciência política e se aproxima de outro estudo que efetuamos anteriormente sobre a composição social dos partidos na 51ª Legislatura (eleição de 1998). Naquela ocasião, focalizamos somente as bancadas dos seis principais partidos da CD. O objetivo foi verificar em que medida as composições sócio-ocupacionais das bancadas tinham alguma relação com as orientações ideológicas e políticas dos partidos ou se ambos os fenômenos não tinham relações entre si.⁶ Nesse último caso, a conclusão seria que os políticos, não importando suas origens socioeconômicas, escolheriam aleatoriamente as legendas pelas quais entram na vida pública e por elas trafegam durante sua carreira política.

Como dissemos inicialmente, a preocupação agora é tentar detectar o que teria mudado sociologicamente na composição da Câmara depois dos resultados das eleições de 2002. Para tanto, foi necessário usar dois procedimentos, relacionados, porém distintos. Em primeiro lugar, comparamos a composição social da totalidade dos deputados eleitos para a 51ª Legislatura com os da 52ª. Em segundo lugar, examinamos a

⁶ Os resultados da pesquisa estão publicados em *Partidos, Ideologia e Composição Social* (São Paulo: Edusp, 2002).

composição sócio-profissional das bancadas dos partidos nas duas legislaturas para controlar possíveis alterações nas fontes sociais de recrutamento e, principalmente, para saber se o aumento ou declínio numérico das legendas incidiria sobre o peso relativo dos segmentos profissionais e ocupacionais no interior da CD.

O resultado do exame comparativo das duas legislaturas mostrou que, em primeiro lugar, se *reduziu o número de parlamentares originários das classes ricas e aumentou a proporção dos que vieram das classes médias e das classes trabalhadoras*; em segundo lugar, do ângulo sociológico, mínimas alterações ocorreram nas bancadas dos *principais* partidos, quer tivessem aumentado ou reduzido a dimensão de suas representações na CD. Em outros termos, *os principais partidos mantiveram seu perfil social entre as duas eleições*, seja quando cresceram (caso do PT, principalmente), seja quando encolheram (casos do PFL e do PSDB, em especial).

Desse modo, os resultados sugerem que, pelo menos no curto prazo (digamos, entre duas ou três eleições), a variável mais estreitamente correlacionada às alterações na natureza social dos grupos que controlam o sistema político é a volatilidade na representação partidária, ou seja, as oscilações dos resultados eleitorais que mudam a força relativa dos partidos no sistema político. Em outras palavras: as alterações no peso dos setores sócio-ocupacionais presentes na CD, pelo menos no curto prazo, parecem depender mais dos resultados das disputas políticas que de mudanças na estrutura da sociedade, quer dizer, de elementos externos ao sistema político-institucional.

A hipótese aqui é que *as variações na importância dos grupos econômicos e profissionais no interior dos organismos legislativos dependem principalmente do perfil social dos partidos vencedores e perdedores*. De modo muito esquemático: se aumentar a proporção de cadeiras ocupadas por partidos de direita, aumenta a presença de empresários e de outros setores de classe alta. Se aumentar a proporção de cadeiras dos partidos de esquerda, aumenta a proporção de professores, de sindicalistas, de servidores públicos, de empregados e também de alguns trabalhadores manuais. Na realidade da composição da Câmara e de outros órgãos legislativos, o quadro é bem mais complexo porque não há uma divisão nítida esquerda-direita, nossos partidos não são assim tão consistentes programaticamente, e a conduta parlamentar é regida também

pelas ambições políticas individuais, o que abre um amplo leque para o oportunismo.

Voltaremos a esse ponto nos próximos capítulos, quando os vínculos entre as fontes sócio-ocupacionais de recrutamento político e a composição partidária dos partidos forem examinados. No momento, queremos chamar a atenção para outro ponto que deriva dos efeitos dos resultados eleitorais na representação parlamentar, ou seja, de modo mais amplo, nos espaços ocupados pelos setores sociais no sistema de poder.

Se efetivamente o fator principal nos perfis da representação parlamentar for a volatilidade eleitoral, em princípio, resta a possibilidade (em caso de mudanças significativas das tendências eleitorais) de reversão da tendência na direção à popularização da classe política.⁷ De modo mais esquemático: se os partidos de direita e de centro conseguirem melhorar seu desempenho eleitoral nos próximos pleitos, possivelmente as classes altas e médias altas recuperem parte das posições perdidas na CD em 2002. Permanece, porém, a questão teórica, valorizada pelos marxistas, dos vínculos entre as mudanças partidárias no sistema político e as que se efetuam no meio externo, especialmente na estrutura social e no modo de produção.

No caso brasileiro, apesar dos acordos e coalizões partidárias, ideológica e programaticamente incoerentes, as diferenças significativas encontradas na composição interna das bancadas dos nossos partidos sugerem que eles não são a “mesma geléia geral” (apesar de às vezes parecerem) e que as alianças parlamentares e eleitorais, assim como a disciplina (ou indisciplina) e a fragilidade das estruturas partidárias, obedecem a lógicas diferentes, decorrentes da ambição individual dos políticos, ou seja, dos seus esforços para *permanecer* ou *ascender* na classe política.⁸

⁷ A afirmação poderia ser válida também para outros órgãos legislativos.

⁸ Nos termos de Schlesinger, uma “ambição estática” (*static ambition*) e uma “ambição progressiva” (*progressive ambition*). No primeiro caso, o político procuraria realizar uma longa carreira num mesmo posto; no segundo, o político se orientaria para a obtenção de outras posições consideradas mais importantes do que a que detém no momento. Mas a orientação para um ou outro tipo de ambição depende do leque de oportunidades de ascensão que não se abre do mesmo modo para todos. (O autor considera também um outro tipo de ambição política, que denomina de *discreta*, quando a luta pela obtenção de determinado

Lidamos aqui com dois fenômenos que talvez requeiram abordagens teóricas diferenciadas, uma de natureza sociológica, envolvendo o comportamento dos grupos humanos (coesão, valores e interesses comuns), e outra, centrada nos interesses individuais de poder dos políticos profissionais, numa linha de abordagem influenciada pela economia, ou seja, a atividade política orientada pela obtenção de vantagens individuais, pela realização de interesses. Nessa linha de interpretação, o foco se dirige mais aos homens do que aos partidos e grupos de pressão. A política, como diz David Mayhew, deve ser estudada como uma luta entre homens para ganhar e manter-se no poder. A conduta dos políticos estaria voltada basicamente para conseguir a reeleição ou subir na classe política.⁹

Nossa pesquisa fica numa linha intermediária entre, por um lado, um tipo de interpretação que parte dos interesses individuais dos políticos, quer dizer, da ambição política, mas, por outro, procura integrar também as condições sociais que afetam as estratégias individuais de continuidade na classe política. Basicamente, os trampolins de ascensão não são iguais para todos e variam significativamente segundo as origens familiares e os trunfos que são oferecidos aos membros das diferentes classes sociais.

Esse ponto, contudo, foi tratado marginalmente neste texto. Ocorre que este não é um livro destinado primordialmente aos cientistas políticos e outros especialistas da área. Embora os dados aqui divulgados possam ser de utilidade para os meus colegas que trabalham sobre os partidos e a política brasileira, a intenção principal foi colocar ao alcance do grande público os principais resultados da pesquisa, ou seja, oferecer algumas informações sobre aqueles que nos governam. Nesse sentido, reduzimos ao máximo as citações e referências teóricas que habitualmente se encontram nas obras mais acadêmicas.¹⁰

posto é de curto prazo, após o qual vem a retirada da vida pública.) Joseph A. Schlesinger, *Ambitions and Politics* (Chicago: Rand McNally & Company, 1966).

⁹ *Congress. The Electoral Connection* (2ª ed., New Haven e London: Yale University Press, 2004).

¹⁰ Seguramente, os cientistas políticos não deixarão de notar, em nosso enfoque, a influência de autores clássicos como Max Weber e de Joseph Schumpeter (*Capitalismo, Socialismo e Democracia*) e de muitos outros mais atuais, como Michel Offerlé (*La Profession Politique*), Daniel Gaxie (*La Démocratie Représentative*) e muitos outros contra os quais cometo a injustiça de não citar.

Cumprе acrescentar, por fim, que na massa de material levantado e elaborado sobre as duas legislaturas há outros temas que mereceriam ser tratados neste livro. Mas decidimos não ultrapassar o objetivo deste trabalho, que era as transformações na composição da parcela da classe política representada na Câmara dos Deputados.

Metodologia

A composição social da Câmara dos Deputados foi examinada a partir de categorias profissionais e ocupacionais que estabelecemos para fins heurísticos. A classificação dos parlamentares foi feita com base na última atividade profissional ou ocupacional que eles exerciam antes da obtenção de um primeiro mandato para alguma função política de qualquer nível: vereador, deputado estadual, deputado federal ou prefeito. Mais precisamente, poderia ser mais de uma ocupação ou profissão, na hipótese de que o deputado, na ocasião da primeira eleição vitoriosa, tivesse mais de uma atividade ocupacional. A decisão de anotar todas as ocupações e atividades profissionais veio da impossibilidade de localizar com alguma segurança qual a principal.

A escolha da última atividade econômica ou emprego privado ou público oferece uma indicação do *status* social dos parlamentares antes da adoção da política como profissão. Ela oferece também uma indicação da fonte de recrutamento político e do meio social de onde veio determinado deputado. Trata-se de indicações com margens de erros variadas cuja dimensão depende da atividade profissional. Por exemplo: os que se declaram “lavrador” ou “trabalhador rural” não poderiam ser classificados de pertencentes às classes altas. Inversamente, os que se declaram “juiz” ou “diretor de banco” não poderiam ser inseridos entre as classes populares. Tomamos dois exemplos extremos. Entre eles há muitos casos de incerteza, gerando muitas dúvidas que procuramos sanar recorrendo a diversas fontes (ver *Fontes de Dados*, página 25).

Cabem aqui as seguintes observações:

Primeiro: a escolha da última atividade ocupacional ou profissão exercida não indica o meio familiar de origem porque o parlamentar tanto pode ter ascendido como declinado socialmente com relação a seus pais

antes de entrar para a política. Acreditamos que, na maioria das vezes, houve ascensão ou permanência no mesmo nível social porque a entrada para a política, especialmente a chegada à CD, já é indicativa de algum progresso socioeconômico anterior. Mesmo os deputados que foram trabalhadores rurais, que, em termos de origem social, são os que vieram mais de baixo, antes de entrarem para vida pública já tinham ascendido socialmente ao se tornarem sindicalistas e chegado à direção de um sindicato importante que lhes serviu de trampolim para entrar na política;

Segundo: o quadro da distribuição das profissões e ocupações não retrata a situação presente dos deputados, mas a situação passada, anterior ao início da carreira pública. A situação econômica e patrimonial dos que vieram de setores das classes médias pode ser — e provavelmente é — melhor do que a que usufruíam antes da entrada na política;

Terceiro: em muitos casos, antes da aquisição do primeiro mandato, muitos dos atuais deputados tinham mais de uma ocupação, exercidas concomitantemente. Nesses casos, todas as atividades profissionais foram tabuladas. Por isso, a somatória das profissões ou ocupações é superior a 100%;

Quarto: em apenas um caso o critério da última ocupação/profissão foi flexibilizado: no dos deputados classificados de empresários. O termo “empresário” deve ser entendido num sentido amplo. Ele abrange os homens de negócio, proprietários, diretores e sócios de empresas (aí incluídos hospitais, estações de rádio e TV e estabelecimentos escolares), comerciantes, administradores de empresas, corretores, acionistas, fazendeiros, administradores de fazenda, enfim todos os que têm atividades ligadas ao mercado, não importando a dimensão do empreendimento. A adoção desse critério, obviamente, tendeu a elevar o número de parlamentares oriundos do meio empresarial.

Mas houve também outro motivo que atuou no mesmo sentido. A atividade empresarial, segundo os critérios enumerados anteriormente, é uma das poucas que não precisam ser abandonadas com a entrada na classe política. Professores, médicos, advogados, funcionários públicos etc. não podem continuar a seguir a profissão de origem, uma vez eleitos. A carreira política exercida profissionalmente é incompatível com outras que requerem a presença assídua nos escritórios, consultórios médicos,

estabelecimentos comerciais, fábricas, bancos. Tampouco, uma vez eleitos, podem adquirir uma profissão que exija conhecimentos especializados. Nenhum político se torna médico, advogado, engenheiro ou técnico em alguma especialidade depois que entra para a chamada vida pública e passa a ser remunerado pela atividade política.

Mas não é assim com a situação de empresário. Donos e sócios de empresa podem manter a propriedade passando a administração cotidiana para outros sem deixar de ser empresários. Se forem sócios, podem manter essa condição. Mais ainda: podem tornar-se empresários *depois* de eleitos. Informações precisas foram difíceis de obter, especialmente porque mesmo os parlamentares que se classificavam empresários nos perfis biográficos da CD não ofereciam informações precisas sobre as datas de suas atividades. As declarações patrimoniais depositadas nos Tribunais Regionais Eleitorais, por sua vez, são terrivelmente imprecisas ou omissas não só quanto ao valor dos patrimônios, mas também quanto às datas de início de certas atividades empresariais.

Apesar disso, foi possível localizar com alguma segurança os políticos que eram do meio empresarial. Contudo, o critério da última atividade profissional antes da primeira eleição vitoriosa não pode ser mantido porque não conseguimos detectar todos os que se tornaram empresários depois de entrar para a política. Assim sendo, na categoria “empresários” estão todos os que eram empresários *antes* da entrada para a classe política e mais um certo número de deputados que provavelmente se tornaram empresários *depois* de eleitos: 209 casos na 51ª Legislatura e 166 na 52ª, num total de 230 e 190 profissões ou ocupações, respectivamente.¹¹

Dois critérios foram utilizados para a elaboração da relação das categorias de atividade econômica ou profissional. O primeiro foi a importância numérica de cada uma das profissões ou ocupações encontradas numa listagem preliminar de *todas* as atividades exercidas pelos parlamentares. Esse critério pode ser denominado de quantitativo, porque serviu para indicar os segmentos sócio-ocupacionais de maior peso

¹¹ Na pesquisa anterior (*Partidos, Ideologia e Composição Social*), a porcentagem de empresários na 51ª Legislatura achada por nós foi de 43,5%. Reelaborando os dados para a atual pesquisa e de posse de novas informações, encontramos 44,8% de empresários, aumento de 1,3%. Pequenas diferenças podem ser encontradas na comparação das outras categorias ocupacionais calculadas na pesquisa anterior e na atual.

na CD. A escolha do segundo critério foi mais de natureza qualitativa, porque guiada pela intenção de localizar a presença de grupos *numericamente* pouco expressivos na sociedade e mesmo no interior da CD, mas relevantes para indicar as diferenças de perfis entre os partidos. É o caso, para citar dois exemplos, dos trabalhadores rurais e dos pastores: o primeiro é quase inexistente na CD, embora numeroso na estrutura social brasileira; o segundo, pouco numeroso na sociedade, está bem mais representado na Câmara.

As categorias selecionadas, desse modo, são uma construção relativamente arbitrária, elaborada para fins da pesquisa e determinada pelas nossas preocupações. Mas não seria necessário ressaltar que o grau de autonomia na construção das categorias é limitado por uma lógica que advém do próprio material coletado e veta construções incongruentes e absurdas em face de um estoque de conhecimentos sociológicos e mesmo do senso comum. Assim, não faria sentido elaborar uma categoria “empresários e operários” ou “professores e comunicadores”. Faria sentido, no entanto, segundo as intenções do pesquisador, incluir juízes e delegados de polícia, não na categoria de “advogados”, talvez mais propriamente “bacharéis em Direito”, mas na de membros da administração pública.

No caso de nossa pesquisa, um ponto importante era medir a dimensão da burocracia governamental como área de fornecimento de quadros para a classe política, importância mostrada em numerosos estudos brasileiros e de outros países. Na criação de uma categoria na qual pudessem ser alocados os funcionários públicos estava a suposição, anterior ao levantamento de dados e à tabulação, de que o setor público era um meio relevante de fornecimento de pessoal para a política brasileira. Cumpriria, ademais, tentar verificar as prováveis diferenças no peso do setor público nos diferentes partidos e regiões do país. Desse modo, os bacharéis em Direito que trabalhavam como profissionais liberais não foram situados na mesma categoria dos juízes, promotores e outros funcionários do Estado. Os bacharéis só foram classificados de advogados quando exerciam essa atividade. A ressalva serve para outras profissões liberais. Os diplomas não foram usados como indicador de profissão ou ocupação, a não ser quando serviam para o exercício profissional.

A mesma observação feita antes para juízes e advogados vale para os professores, cuja atuação e importância política oscilam bastante segundo a

legenda partidária. Se usássemos outro critério, os professores do magistério das instituições governamentais poderiam ser incluídos no setor público, com outras profissões cujo empregador é o Estado. Mas o magistério tem algumas características que fazem dos docentes uma categoria profissional muito específica, qualquer que seja o vínculo empregatício, público ou privado. Por essa razão, todos os docentes integraram uma só grande categoria, com suas divisões internas.

Os objetivos das pesquisas e interesses dos pesquisadores fazem as profissões e ocupações variarem e serem numericamente discrepantes. Vejamos alguns casos. Sérgio Soares Braga,¹² no seu estudo sobre os constituintes de 1946, distinguiu três grandes grupos com suas divisões internas: os proprietários, as profissões intelectuais e as profissões manuais. André Marengo dos Santos registrou 17,7% de advogados na 50^a Legislatura,¹³ enquanto, pelo critério que estabelecemos — o exercício efetivo da profissão —, seriam apenas 9,7%. Jales Ramos Marques e David Verge Fleischer, no exame da composição da CD eleita em 1990, não distinguem os professores e agrupam os vários setores empresariais (comércio, indústria e agricultura).¹⁴ Já o Departamento Intersindical de Assessoria Parlamentar (Diap) apresenta uma relação bastante desagregada das profissões na CD, provavelmente porque o objetivo era a informação para os leitores, enquanto, no nosso caso, muitas das profissões foram reunidas para possibilitar a busca de correlações.¹⁵

¹² *Quem Foi Quem na Assembleia Constituinte de 1946: Um Perfil Socioeconômico e Regional da Constituinte de 1946* (Brasília: Câmara dos Deputados, Coordenação de Publicação, 1998).

¹³ *Não se Fazem mais Oligarquias como Antigamente. Recrutamento Parlamentar, Experiência Política e Vínculos Partidários entre Deputados Brasileiros [1946-1998]*. Porto Alegre. Tese de doutorado apresentada no programa de pós-graduação em Ciência Política da UFRGS.

¹⁴ *PSDB. De Fação a Partido* (Brasília: Instituto Teotônio Vilela, 1999).

¹⁵ *Radiografia do Novo Congresso*. Legislatura 2003-2007. Série Estudos Políticos Ano II — Brasília/DF. Outubro de 2002.

Fonte de dados

A principal fonte de dados que utilizamos foram os perfis biográficos existentes no *site* da Câmara dos Deputados. O uso dessa fonte tem a vantagem de ser “oficial”, quer dizer, ser de responsabilidade dos próprios deputados. Consequentemente, as informações aí contidas não estão sujeitas a contestação, embora possam conter erros e ausência de certos dados relevantes. Veio daí um obstáculo. Muitos parlamentares não informavam adequadamente (para os propósitos da pesquisa) as etapas de suas carreiras profissionais. Amiúde não indicavam as datas das atividades que exerceram antes de serem eleitos pela primeira vez. Quando isso acontecia, tivemos problemas para a definição profissional do parlamentar. Por isso, muita informação teve de ser procurada em outras fontes, jornais e revistas, geralmente na internet, além de no *Dicionário Histórico-Biográfico Brasileiro*, elaborado pelo Centro de Pesquisa e Documentação Contemporânea do Brasil (CPDOC) da Fundação Getúlio Vargas sob coordenação de Alzira Alves de Abreu.

Para os deputados da 51ª Legislatura, utilizamos também as declarações patrimoniais dos parlamentares, material que permitiu completar informações contidas nos perfis biográficos publicados pela CD e, especialmente, verificar os casos dos políticos que deveriam ser classificados de empresários. Para a 52ª pudemos contar apenas com os dados dos que tinham sido reeleitos (cerca de 50%).

Para terminar, uma observação importante para a apreciação das tabelas que trazem o número de deputados por legenda. Essa distribuição baseia-se nos resultados que saíram das urnas, *antes mesmo da posse*. Migrações posteriores de partido, quaisquer que tenham sido os motivos (renúncias, cassações de mandato, licenças para exercício de funções no Executivo etc.), não foram levadas em conta.